



SEÇÃO: ARTIGO

Entre o saber e o poder: contribuições teóricas a uma educação libertadora

Between knowledge and power: theoretical contributions to a liberating education

**Pedro Bruno Lima
Pereira¹**

orcid.org/0000-0003-1472-1012
pbpereira@marista.edu.br

Recebido em: 28 maio 2022.
Aprovado em: 7 dez. 2022.
Publicado em: 12 jan. 2023.

Resumo: A proposta desta investigação bibliográfica é identificar em algumas das principais obras dos teóricos Michel Foucault e Paulo Freire, aproximações em suas linhas de pensamento no que se refere aos conceitos de saber e poder, utilizando-se do modelo de educação brasileira como objeto de questão. A inquietação foi levantada ao ser observado pelo pesquisador um conflito de ideias ao teorizarmos uma educação crítica e dialógica, no sentido de Freire, mas que pratica a disciplina e a penalização, no sentido de Foucault; que diz defender a igualdade, a justiça e a democracia, no sentido de Freire, mas possui um ensino dual, classificatório e excludente, no sentido de Foucault. As leituras nos possibilitaram apresentar contribuições teóricas de ambos os autores ao denunciarem a necessidade de ser romper as relações de poder no espaço escolar, incentivando a busca de uma educação como prática da liberdade. Chegamos à conclusão que é uma discussão corajosa problematizar o discurso de Foucault na perspectiva da educação libertadora de Paulo Freire, pois nos aproximamos, infelizmente, do debate de uma evolução insignificante na história da educação brasileira, mas, por outro lado, nos ajuda a pensar, desvelar e reinventar o espaço social na perspectiva da luta e da resistência às práticas de dominação escolar.

Palavras-chave: saber; poder; espaço escolar; Michel Foucault; Paulo Freire.

Abstract: The purpose of this bibliographical investigation is to identify, in some of the main works of the theorists Michel Foucault and Paulo Freire, approximations in their lines of thought regarding the concepts of knowledge and power, using the Brazilian education model as the object of question. The concern was raised when the researcher observed a conflict of ideas when we theorized a critical and dialogic education, in Freire's sense, but which practices discipline and punishment, in Foucault's sense; which claims to defend equality, justice and democracy, in Freire's sense, but has a dual, classificatory and excluding teaching, in Foucault's sense. The readings enabled us to present theoretical contributions from both authors when they denounced the need to break power relations in the school space, encouraging the search for education as a practice of freedom. We came to the conclusion that it is a courageous discussion to problematize Foucault's discourse from the perspective of Paulo Freire's liberating education, as we are unfortunately approaching the debate of an insignificant evolution in the history of Brazilian education, but, on the other hand, it helps us to think, unveiling and reinventing the social space from the perspective of struggle and resistance to school domination practices.

Keywords: know; power; school space; Michel Foucault; Paulo Freire.

Introdução

A chegada a essa investigação se deu a partir da aproximação do pesquisador com as leituras em Paulo Freire, e seu pensar crítico acerca da educação brasileira. Durante a componente de "Linguagem, Co-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Colégio Marista Sagrado Coração (CMSC), Fortaleza, CE, Brasil.

nhecimento e Poder" do Mestrado em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, as leituras em Foucault abriram lacunas para um diálogo que pode se aproximar com as ideias de Freire, quando pensado no ambiente escolar como espaço que distribui saber e poder.

A inquietação foi levantada ao ser observado pelo pesquisador um conflito de ideias ao teorizarmos uma educação crítica e dialógica, no sentido de Freire, mas que pratica a disciplina e a penalização, no sentido de Foucault; que diz defender a igualdade, a justiça e a democracia, no sentido de Freire, mas possui um ensino dual, classificatório e excludente, no sentido de Foucault. As contradições do discurso e da prática em todas as etapas da educação fizeram investigar a sua verdadeira função. E as obras mais famosas de ambos os autores podem render um bom debate para pensar a educação.

Nesse sentido, o presente escrito propõe uma aproximação das linhas de pensamento de Michel Foucault e Paulo Freire no que se refere aos conceitos de saber e poder, apresentados no título deste trabalho. Em nosso embasamento teórico, a escola é apresentada enquanto instituição que distribui saber e constrói poder, e o objetivo, caro leitor, é instigar a busca de uma educação como prática da liberdade, a partir das contribuições teóricas de Foucault e Freire que denuncia criticamente a necessidade de rompimento das relações de poder no espaço escolar.

Ao ler Michael Foucault, tem-se a sensação de que não se conquista a tão sonhada liberdade por meio da educação, pois para o referido autor, o instrumento do poder é o conhecimento, sendo este apenas elemento de reprodução de um sistema. Contudo, ao ler as obras de Paulo Freire e seu projeto de educação para a emancipação, entende-se que as relações de poder nos possibilitam a resistência e a luta contra os processos de dominação. E é nesse duo que a pesquisa se constrói.

Foucault é o pensador que possibilita a compreensão das construções sociais e dos sujeitos a partir dos seus estudos arqueológicos, genealógicos e do cuidado de si. Ele oferece

as ferramentas para uma leitura do fenômeno educação e da sociedade de um modo geral, problematizando as formas de dominação e de resistências das relações de poder. Freire é um pensador que se ocupa com a práxis transformadora dos processos de dominação e sujeição. Ao mesmo tempo em que faz a denúncia dos processos opressores, ele anuncia a possibilidade de luta dos oprimidos, reconhecendo que, na relação formativa, somos condicionados pelas estruturas, mas não somos determinados por elas (OLIVEIRA, 2017, p. 12).

Vale ressaltar que é um desafio assumir os riscos de tais linhas de cruzamento, já que as bases filosóficas sob as quais se sustentam esses autores são distintas. Por outro lado, o recorte apresentado nessa discussão se fundamenta apenas na noção de *saber e poder*, conceitos apresentados por ambos e que, por esta razão entende-se ser possível e relevante propor tal arriscamento teórico, em uma busca de ampliar e ressignificar questões relacionadas ao campo educacional brasileiro.

Como objetivos específicos temos: *Analisar aproximações nos discursos de Michel Foucault e Paulo Freire na relação saber/poder*, pensando-os de forma individualizada dentro de um contexto estrutural de educação; *Conceituar a educação como prática da liberdade*, na perspectiva das pedagogias de Paulo Freire; *Sistematizar teorias de Freire e Foucault que contribuem para uma educação libertadora*: Foucault pode contribuir com uma educação libertária, no sentido de denunciar as relações de poder e transformá-la em condições para mudar as estruturas de opressão, já Freire, no sentido de desenvolver uma práxis revolucionária para a luta e a transformação dos processos de opressão e sujeição; *Compartilhar dificuldades docentes que dificultam a práxis de uma educação como prática da liberdade no século XXI*, à luz de uma carta de um jovem professor, pesquisador, mestrando e docente da educação básica, que deseja compartilhar seus anseios com todos/as que se reconhecerem em seus escritos.

As obras de Foucault discutidas nesta investigação são: *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (1975), sendo uma grande provocação à reflexão

e à luta contra os processos de transformação do homem em sujeito docilizado pela disciplina; *O sujeito e o poder* (1995) analisando as formas de resistência que permitem colocar em evidência as relações de poder, ver onde elas se inscrevem, descobrir os seus pontos de aplicação e os métodos que elas utilizam. A análise focaliza, portanto, nas relações de poder através do afrontamento de estratégias. Nesse sentido, para compreender em que consistem as relações de poder é necessário analisar as formas de resistência e os esforços desenvolvidos para tentar dissociar essas relações as lutas contra a submissão da subjetividade; *As palavras e as coisas* (2002), analisando a ordem do saber como unidade de formação discursiva; *A ordem do discurso* (2004), *“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar”*. Nesse sentido, o poder está nas interdições, que Foucault nomeia como tabu do objeto (que não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (que qualquer um não pode falar de qualquer coisa).

As pedagogias de Paulo Freire discutidas se pautarão no *Oprimido* (1968), na *Esperança* (1992), na *Autonomia* (1996), bem como na *“Educação como prática de liberdade”* (1967), para discutir o advento de uma educação libertadora que ultrapasse os limites do verbalismo e das práticas opressoras, pressupondo a problematização do saber, que não deve ser feita através dos simples recebimento e reprodução e deve resultar na transformação da realidade.

Na filosofia de Foucault e na ciência pedagógica de Freire, ambos elegeram poder e liberdade como objetos centrais em suas obras. Os dois autores produzem uma leitura crítica e densa do presente, ao mesmo tempo em que apresentam condições de possibilidades concretas de resistência ao poder e de manifestação da liberdade, denunciando a escola como lócus de domesticação dos corpos, mas também como espaço que produz resistência nos sujeitos. Por outro lado,

Foucault é um crítico da noção de autor (sujeito cognoscível) como meio de racionalização das problemáticas, e Freire, um defensor do sujeito autor em sua tomada de consciência, muito embora, a subjetivação seja um processo de produção, constituição dos sujeitos nos espaços educacionais (formativos, disciplinares, normativos, inclusivos) que possibilitam, na concepção de ambos, a objetivação dos sujeitos. Confuso? Essa discussão relevante e pertinente será mais desenvolvida no decorrer deste texto.

1 Desenvolvimento

1.1 Carta de um professor

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.”
(Paulo Freire)

Este tópico trata-se de uma conversa com quem aprende e ensina, e remete à ressignificação crítica do ato de ensinar por nós, professores/as. Ensinar, não como um burocrata da mente, mas reconstruindo os caminhos e possibilidades para aguçar a criatividade dos nossos alunos(as). Paulo Freire (2001) nos dizia que *“não existe ensinar sem aprender. O aprendizado do ensinante ao ensinar se verifica a medida em que esse ensinante se põe disponível a repensar o pensado e rever-se em suas posições.”*

Nesse sentido, convido-te a repensar nossa prática educativa, questionando-nos enquanto educadores/as comprometidos/as com a liberdade do pensar dos nossos educandos. Estamos prendendo ou libertando sujeitos? Estamos criando possibilidades ou apenas seguindo um modelo imposto?

O ensinar aqui defendido denuncia o sentido de doutrinar, e considera o de instruir a decifrar. Decifrar os textos, o mundo, ou até a própria sala de aula. Já o estudar é esse desocultar, descobrir, pesquisar e questionar o que insistem em nos esconder, para ganhar a compreensão mais exata do objeto. Alguém um dia disse: *“o governo não dá educação, porque educação derruba o governo”*.

E é nesse sentido de estudo crítico que corresponde um ensino igualmente crítico que demanda necessariamente uma forma crítica de compreender e de realizar a leitura da palavra e a leitura do mundo, do contexto.

No ato de ensinar, consideramos o aprender com o ensinado, e isso se dá quando aprendemos a ler e escrever nossas próprias experiências formativas. A ação dada através da reflexão. Reflexão crítica da nossa práxis que nos coloca cotidianamente em um processo de mudança necessária para o mundo e para nós mesmos. A responsabilidade ética, política e profissional do professor(a) colocam-nos o dever de nos prepararmos, de nos capacitarmos, e nos formarmos antes mesmo de iniciarmos nossa atividade docente, e esse processo é permanente.

Exponho aqui a educação como prática da liberdade de Freire, não apenas no sentido de libertar alunos/as das prisões do mundo capitalista e incentivá-los a pensar de forma independente, mas também no sentido de libertar os professores/as que ao pregarem o "estudar para ser livre", precisam, de fato, sentir-se livres. Livres de um sistema regido pelo capital dos números e da produção que nos obriga a formar máquinas e não sujeitos. Um sistema que vigia e pune aquele/a que estuda para ensinar a ser livre.

Enquanto o(a) professor(a) ensina seu(sua) aluno(a) a transgredir, no sentido de Hooks, a sua autolimitação, quem ensina professores/as a conhecer e respeitar as suas limitações?

A educação só será livre enquanto estiver viva e ativa. Querem matar, esconder, expulsar, vigiar e punir nossos cérebros pensantes, pois é uma ameaça para os opressores que não querem perder poder sobre os oprimidos. Na escola oferece-se saber, e esse saber distribui poder, mas esse poder só será de fato libertador, quando nos comprometermos com um permanente processo de liberdade das amarras do opressor, não no sentido de formar novos oprimidos, mas de criar colegas de luta e resistência às práticas de dominação da educação escolar e dos mais variados espaços sociais.

1.2 A escola enquanto espaço de poder: teorizações de Michel Foucault

"Eles combinaram de nos matar. Nós combinamos de não morrer!"
(Conceição Evaristo)

Em *Vigiar e punir* (1975), Michel Foucault apresenta o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar e recompensar. O autor reforça a ideia de que a escola se sustenta como espaço de poder quando domestica corpos e mentes, no sentido de, mais tarde, os tornarem produtivos para o capital. E essa forma de domesticidade se disfarça com uma transferência de conhecimento.

Segundo Machado (apud Chraim, 2018), "o problema do poder surge para Foucault por meio de uma relação específica: a partir de seu olhar em torno da história da penalidade". Nesse sentido, coloca-se para o autor a questão do poder em relação ao enclausuramento, que incide sobre os corpos dos indivíduos e que nos proporciona relacionar com as discussões acerca do poder disciplinar que a escola produz.

Sob essa perspectiva, Foucault nos orienta a pensar a educação dentro dessas relações de poder e saber, problematizando as práticas pedagógicas que formam o sujeito na modernidade, denunciando as práticas de dominação arbitrária do processo educacional, que utiliza os mecanismos de poder para tentar controlar o sujeito.

As práticas de dominação do processo educacional acontecem em várias situações do cotidiano. No processo educacional, elas ocorrem por duas vias. A primeira é a construção do saber pedagógico, a segunda são as relações de poder no espaço escolar, permeado pelo disciplinamento e pelo controle e voltado para as práticas de dominação (OLIVEIRA, 2017, p. 66).

Nas palavras de Foucault, as instituições escolares são prisões que fabricam corpos dóceis e disciplinados. Essas disciplinas, que analisam o espaço escolar, que decompõem e recompõem as atividades, são também compreendidas como aparelhos para adicionar e capitalizar o tempo. O autor se debruça sobre as motivações e as

técnicas que estão por trás de cada complexo de procedimentos punitivos, usualmente praticados em meados do século XVI, até o surgimento e consolidação das organizações prisionais como instituições legítimas do sistema penal, a partir do século XVIII.

A exemplo das escolas, há uma relação de dependência ao mesmo tempo individual e total quanto ao mestre. O treinamento nas escolas deve ser feito com poucas palavras, nenhuma explicação, no máximo um silêncio total que só seria interrompido por sinais, sinos, sirenes, palmas, gestos, simples olhar do mestre... Nesse sentido, o professor "bom" seria aquele que consegue manter a ordem na turma.

E essa ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada, é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Aí entra o conceito de "disciplina", que na escola tem a função reparadora de reduzir os desvios, devendo ser, portanto, os castigos, essencialmente corretivos; e "dispositivos" para designar estratégias, discursivas ou não, de relações de força e poder.

Em uma relação de complementariedade com a escola, todo campo de poder exige um campo de saber correlato. O poder, assim, serve de laboratório para aumentar o saber, discorre-se:

a escola configurou-se como este laboratório sobre o qual foram produzidos diversos saberes que vieram a ser denominados pedagógicos e também, posteriormente, psicopedagógicos. Quando os sujeitos são inseridos numa classe, em que são controlados individualmente, mas também na sua relação com o grupo, de forma a seguir comandos, realizar tarefas, cria-se um campo de saber em torno deles e de seus comportamentos (CHRAIM, 2018, p. 97).

E na perspectiva de Foucault, na ordem do discurso (2004), o sujeito estabelece essas relações de poder a partir dos espaços sociais em que se relaciona consigo mesmo e com os outros. No caso da escola (enquanto instituição que dá poder, mas que custa parte das nossas formas de pensar independente), o poder se dá por meio da autoridade do discurso, a partir dos conceitos de interdição; rituais de circunstância; direito privilegiado; discurso neutralizado; doutrina; e disciplina.

Nesse âmbito, Foucault está interessado nas sociedades do discurso (regras criadas por uma sociedade para que as pessoas possam se inserir), bem como nos saberes e rituais que organizam e ordenam o que pode e o que não pode ser dito.

A escola, enquanto instituição onde aparecem os discursos, dá legitimidade ao discurso, como também a posição do sujeito nos vários discursos. Quem pode falar? O que se pode falar? Qual a hora de falar? O poder se estabelece para Foucault pela análise do discurso, bem como estabelece a exclusão dos sujeitos.

Foucault (1975) destaca que "a escola não distribui poder, mas constrói saber, que lhe dá status de poder." Nesse âmbito, *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão* traz a compreensão de que o poder não é só uma força exercida verticalmente, de cima para baixo, mas atravessa e constitui cada espaço das relações no interior das sociedades.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelíce, insolência), do corpo (atitudes "in-corretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar (FOUCAULT, 1975, p. 148).

A escola aparece, segundo Foucault, como um espaço que mais importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um dos alunos, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar.

O aprendizado da leitura na escola, como aponta Foucault, é dividido em sete níveis: o primeiro para os que aprendem a conhecer as letras, o segundo para os que aprendem a so-

letrar, o terceiro para os que aprendem a juntar as sílabas, para formar palavras, o quarto para os que leem o latim por frase ou de pontuação em pontuação, o quinto para os que começam a ler o francês, o sexto para os mais capazes na leitura, o sétimo para os que leem os manuscritos. Mas, caso os alunos fossem numerosos, seria necessário introduzir ainda subdivisões, como a colocação em "série" das atividades sucessivas, que permite todo um investimento da duração pelo poder, bem como a possibilidade de um controle detalhado e de uma intervenção pontual.

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos (FOUCAULT, 1975, p. 125).

Esse poder disciplinar incide-se sobre os corpos, sobre o que fazem, e sobre o seu trabalho. O corpo é explorado por esse poder através da domesticação, para deixá-lo dócil, e pela produção, para deixá-lo útil.

Nesse sentido, o corpo é inventado como um princípio muito abundante de poder, enquanto máquina, sistema e disciplina. Útil é o corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

O corpo só pode ser utilizado como fonte econômica e como força útil se, ao mesmo tempo, for produtivo e submisso. Essa submissão não é obtida só pelos aparelhos da violência ou da ideologia. Ela pode ser conseguida usando-se a força contra a força sem, no entanto, ser violenta. Ela pode ser estimada, organizada de forma quase imperceptível, sem fazer uso de armas nem de terror e, no entanto, continuar a ser disciplina física (MARQUES, 2013, p. 4).

Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.

Colégios: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais freqüente, pelo menos o mais perfeito; torna-se obrigatório em Louis-le-Grand quando, depois da partida dos jesuítas, fez-se um colégio-modelo. O conjunto será fechado e cercado por uma muralha de dez pés de altura que rodeará os ditos pavilhões, a trinta pés de distância de todos os lados - e isto para manter as tropas em ordem e em disciplina e que o oficial esteja em condições de responder por ela (pag. 121) "Será preciso fazer com que aqueles cujos pais são negligentes e têm piolhos fiquem separados dos que são limpos e não os tem, que um escolar leviano e distraído seja colocado entre dois bem comportados e ajuizados, que o libertino ou fique sozinho ou entre dois piedosos" (FOUCAULT, 1975, p. 126).

A investigação da análise do poder ou da relação de forças atreladas às tecnologias de poder realiza-se com base nos estudos dos livros *A ordem do discurso* e *Vigiar e punir: Nascimento da Prisão*. Foucault nos apresenta o "saber" como resultado de práticas discursivas, e o "poder", como relação de forças que passa, para além da posse e da repressão, pelo exercício de uma rede complexa e produtiva de discursos, de querer, prazer, saber, ciência e de tecnologias, apoiando o avanço da história na inteligibilidade das lutas, das táticas e das estratégias.

1.3 A escola enquanto possibilidade de liberdade: teorizações de Paulo Freire

Iniciamos este tópico inspirados nas colaborações de Machado (2007) ao afirmar que "é dentro da própria rede do poder que há a luta e, portanto, a resistência."

Num movimento localizado mais ao final de seus escritos, Michel Foucault passa a se preocupar, também, com aquilo que é denominado como o governo de si. Seguindo um percurso um pouco distinto do que tinha produzido até a década de 1980, o pesquisador desloca sua análise "[...] para os modos de subjetivação, em que o sujeito se constitui a partir de práticas que permitem ao indivíduo estabelecer uma determinada relação consigo [...]" (MACHADO, 2007, p. 181).

Isso se aproxima com as ideias de Freire, no sentido de que o sujeito evolui a partir de uma tomada de consciência e que a sociedade é exatamente conforme a tornamos, e nada acontece por determinismo histórico, natural ou sobrenatural, mas por interesses dos poderosos.

O pedagogo faz crítica à educação tradicional que diz respeito às práticas pedagógicas aplicadas nas escolas. Nas palavras de Freire, o aluno deve ser convidado a conhecer e não ser reduzido a um "depósito vazio" que deve ser enchido de conhecimento. A educação em Freire se dá pela tomada de consciência dos sujeitos que se reconhecem e fazem sua leitura do mundo. É um modelo cultural e político, não no sentido partidário, mas no sentido de decidir a vida, discutir a vida e o mundo que queremos.

No livro *Educação como prática de liberdade* (1967), Freire defende o processo de luta pela libertação e não pela inclusão. Libertação no sentido de um povo não abrir mão de sua cultura, do seu saber, de sua palavra crítica, sua participação política e social, tão necessárias para a mudança da situação de dominação.

Para o autor, no sentido da relação com o saber, mesmo o homem analfabeto, que nunca foi à escola, vive em um mundo de relações sociais, que proporciona a construção de um saber que é o verdadeiro conhecimento, pois não é imposto por alguém que pensou, conheceu e adquiriu esse saber.

Nesse sentido, Oliveira (2017) reflete que o saber só pode ser opressor quando é utilizado como estratégia de dominação, estabelecendo uma relação injusta de disputa de dois grupos sociais, mas também pode ser libertador, quando essas relações de poderes forem mais equilibradas, menos opressoras e mais dialógicas, no sentido de Paulo Freire.

O saber científico proferido no modelo de escola defendido por Freire, tem efeitos potentes sobre a sociedade, submetendo os sujeitos a serem constantemente julgados e condenados por um discurso que traz consigo efeitos específicos de poder.

Em diálogo com Foucault, Freire (1996) denun-

cia criticamente outro objetivo do poder disciplinar, que é diminuir a capacidade de revolta dos indivíduos, de voltar-se contra as ordens desse poder, de forma a neutralizar os efeitos de contrapoder. Em tese, a educação é apregoada por Freire (1996) como prática de liberdade, permitindo que todos quantos a obtiverem, poderão ser livres para modificar seu futuro, podendo fazer escolhas diferentes daquelas que a sociedade delimita como concretas para sua pessoa, faixa social, ou território em que o sujeito esteja inserido.

Freire compreende o saber (conhecimento) como resultado da relação intersubjetiva, mediada pela realidade objetiva, e o poder como exercício democrático e dialógico que emana da "fragilidade" e da luta dos oprimidos, apoiando o avanço da história no sentido do ser mais, dos sonhos e da comunicação.

Nesse sentido, o lugar de Paulo Freire na história e nessa discussão é no reconhecimento da escola, ou do saber escolar, enquanto espaço de libertação a partir de uma conscientização social, cultural e política. O exílio do educador pernambucano após ameaças dos poderosos militares que detinham o poder da década de 1960, possibilitou a escrita da sua principal obra.

Em *Pedagogia do oprimido* (1968), Freire desvela as relações que sustentam uma ordem injusta, responsável pela violência dos opressores e pelo medo da liberdade que os oprimidos sentem. O autor aborda a luta pela desalienação, pelo trabalho livre, pela afirmação dos seres humanos como pessoas, e não coisas.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1968, p. 57).

Freire cita, inclusive, a ideia do medo da liberdade, um medo de que não tem consciência quem o possui. No caso dos oprimidos, que pensam e se comportam de acordo com o que lhes

prescrevem os opressores, a liberdade significaria substituir a prescrição dos opressores por outro conteúdo, e este conteúdo seria elaborado pelos próprios oprimidos, agora autônomos. Em resumo, um sujeito teme a liberdade porque prefere a estabilidade (mesmo que desfavorável) a uma liberdade arriscada, a uma situação à qual não se sente preparado.

Os opressores agem sobre os oprimidos impondo-lhes sua consciência, suas ideias, suas vontades... Exploram, violentam, desumanizam os outros e, ao mesmo tempo, se desumanizam nessa desumanização. Para se libertarem, não basta que os oprimidos se reconheçam como tal ou em contradição com os opressores, mas além, é preciso uma tomada de consciência que entenda a necessidade de lutar pela libertação e se entregue à práxis libertadora (que envolve reflexão e ação). Freire alerta, não existe superação real da contradição opressor-oprimido quando há apenas troca de lugares ou quando os oprimidos se tornam opressores de outros sujeitos. Daí a importância de uma educação, de fato, libertadora.

Indiscutivelmente, os profissionais, de formação universitária ou não, de quaisquer especialidades, são homens que estiveram sob a "sobredeterminação" de uma cultura de dominação, que os constituiu como seres duais. Poderiam, inclusive, ter vindo das classes populares e a deformação, no fundo, seria a mesma, se não pior. Estes profissionais, contudo, são necessários à reorganização da nova sociedade (FREIRE, 1992, p. 90).

Em concordância com o que vem sendo refletido até o presente momento, Paulo Freire reconhece que não é possível uma sociedade sem disputa entre grupos sociais, mas propõe uma relação de poder com menos opressão. A prática educativa proposta por Freire se fundamenta em uma relação horizontal entre educador e educandos, superando a contradição entre os dois. Freire (1968) defende uma educação problematizadora da realidade e das relações, a partir de uma pedagogia ativa, em que ambos, educador e educandos, sejam sujeitos de aprendizagem, através da relação dialógica na produção intersubjetiva de conhecimentos.

Brutscher (2017) nos lembra que, o objetivo do discurso fundacional era o de transformar as estruturas de opressão. Todavia, o foco abordado no novo discurso não é mais macroestrutural, mas micro, ou seja, as estruturas dificilmente mudam, se não mudarem as relações de poder. Nesse sentido, Freire defende que a transformação das relações de poder, devem ser condição para transformar as estruturas de opressão.

Estamos falando aqui de um espaço escolar não mais arbitrário ou impositivo, mas de um lócus em que o conhecimento pudesse ser construído através de uma relação dialógica, pois somente por meio do diálogo, no sentido de um discurso horizontal, e da formação consciente, é que é possível produzir uma educação libertadora, no sentido de Freire.

1.4 Diálogo atemporal para uma educação libertadora

"Ensinar não é transferir conhecimento nem controlar o pensar e o agir do indivíduo, mas criar possibilidades para sua construção".
(Paulo Freire)

A história do nosso país revela um jogo de opressão e exploração. Desde o Brasil colônia, seguindo para o império e o republicano, não houve interesse por parte dos colonizadores em contribuir com o crescimento da nação, mas sim, obter meios ilícitos e explorá-la.

Em tempos atuais, de ameaça à democracia, e que torna atemporal o nosso debate, um aspecto relevante que convém ser destacado, é a forma como os governos militares se tornaram populares. O assistencialismo pode ser lido como um grande perigo, porque transforma a figura do Estado em um grande pai. O Estado como pai social se mascara como algo sublime, que dá aos pobres algo similar a uma esmola. Um Estado assistencialista e paternalista, comandado por políticos considerados mitos, necessita da ignorância da população, por isso não investe em uma educação eficaz, crítica, que desenvolva a consciência (PEREIRA, 2019).

A proposta de uma educação como prática da

liberdade de Freire, insurge justamente contra uma das principais características do poder disciplinar da escola: a domesticação dos corpos. E é aí que se encontra a ameaça.

Freire nos traz que: "uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno, está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir" (FREIRE, 1996, p. 41). É o que Foucault traz em sua *Ordem do discurso* (2004), as instituições que dão poder, embora a internet venha rompendo com esse direito privilegiado, ainda custam parte das nossas formas de pensar independente. Uma parte da humanidade está paralisada, dominada, ajustada à realidade de opressão à qual está submetida, e não tem sequer consciência disso.

Entretanto, Foucault coloca que o poder em seu exercício, mesmo nas instituições totais, nunca é o poder absoluto. Segundo ele, a partir do momento em que há uma relação de poder, há também uma possibilidade de resistência.

Na perspectiva foucaultiana, no que se refere à busca de práticas de liberdade como um investimento micropolítico, a questão do poder é discutida sob a sua relevância para a constituição dos saberes, nesse caso, o saber escolar. Seus escritos podem ser lidos como ferramentas para o desvelamento das práticas que subjetivam o humano, mas são também um convite filosófico para a desconstrução do sujeito alienado no mundo através da análise crítica, como Freire incentiva.

O que Freire conseguiu foi um projeto inédito de subversão das práticas, normas e regras da educação escolar. Demonstrou em sua práxis que existem duas maneiras de fazer uma prática pedagógica para a educação libertadora, são elas: fazer uma educação fora da escola, como fez nos círculos da cultura e no projeto de alfabetização de adultos no estado do Rio Grande do Norte; ou subvertendo as práticas dentro da escola, o que ele fez quando foi gestor da educação municipal de São Paulo. Ambas exigem a coragem para lutar contra um sistema educacional instaurado

e validado por um saber/poder.

Dentro dessa sociedade doutrinal, pensar independente custa caro, pois no ato de discernir, o humano é sujeito não só de sua transformação, mas também da sociedade, em união com os outros.

Nessa perspectiva, Foucault ainda contribui com a análise do poder nos levando a pensar sob a perspectiva de quem sofre os efeitos. Por exemplo, enquanto Foucault destaca o poder do Estado e das instituições, Freire destaca o poder da favela, enquanto palavra geradora, promotora de um debate a respeito das diferenças sociais. É mais que uma luta por liberdade, é uma luta, também, por humanização, e humanização coletiva.

Em seu último livro, *Pedagogia da autonomia* (1996), mais uma leitura indicada em qualquer tempo e espaço para pensar a educação como prática da liberdade, Paulo Freire nos fala dos saberes necessários à prática educativa, reafirma algumas de suas teses antigas e propõe, com objetividade e exatidão, novas reflexões sobre princípios e práticas concretas de combate ao autoritarismo pedagógico (poder) e em favor da liberdade.

Em uma sociedade em que tudo é estruturado por uma classe economicamente dominante, a escola tem um papel opressor, que faz com que os oprimidos sejam "depósitos" vazios que são preenchidos por conteúdos separados de sua realidade, no entanto, defende-se nestas linhas uma educação libertadora, onde o ser humano seja um ser consciente, capaz de emancipar-se.

O debate aqui se constrói quando pensamos a educação libertadora defendida por Paulo Freire em contraposição à educação massificadora denunciada por Foucault. A educação libertadora proposta pelo primeiro tem como pilares fundamentais, o diálogo e a ação. O diálogo é visto como horizontal e libertador e não um monólogo opressor do educador sobre o educando. Através dele pode-se gerar críticas e problematizações por meio de questionamentos que façam com que os educandos aprendam a aprender.

Defende-se, nesse sentido, a escola democrática, que respeita o educando como sujei-

to de sua história e centra na problemática da comunidade em que ele vive e atua, propondo práticas pedagógicas capazes de provocar no(a) aluno(a) uma consciência crítica fomentadora de transformações sociais.

Discutir uma pedagogia da libertação é algo tão atual e necessário diante do cenário opressor que vivemos, política, econômica e socialmente. Em um mundo alienado pela tecnologia, pela globalização, pelo individualismo e pelo capital, a tomada de consciência da opressão e formas de silenciamento aos quais somos submetidos, nos instiga a práxis educativa que se faz na reflexão-ação para transformar o mundo, modificar a escola e fortalecer a educação.

Considerações finais

Se reconhece que é uma discussão corajosa problematizar o discurso de Foucault na perspectiva da educação libertadora de Paulo Freire, pois nos aproximamos, infelizmente, do debate de uma evolução insignificante na história da educação brasileira.

Em Foucault, buscou-se a problematização da sociedade disciplinar, das técnicas e dos procedimentos de dominação que são internalizados pelos sujeitos, tornando-os dóceis e submissos dentro de um espaço disciplinar no qual a escola cumpre o papel de instituição reguladora e normatizadora. Em Paulo Freire, buscou-se a problematização da educação por meio de uma práxis revolucionária de resistência aos processos disciplinares, enquanto estes são condição da exploração capitalista do trabalhador. De um lado a educação foi vista como um objeto de massificação e, de outro como um objeto de problematização, para a conscientização e formação de sujeitos livres.

A constatação de Foucault de que todo o espaço social é formado por relação de poder e sua vinculação com o saber, não faz dele um autor pessimista sobre a libertação. Ao contrário, ele desvelou essa realidade e converteu a liberdade em uma possibilidade, um problema estratégico que está ligado às ações dos indivíduos. E isso o aproxima de Freire.

Foucault apresenta sua análise sobre as práticas de libertação, não oferecendo métodos e técnicas para isso, recusando indicar caminhos e soluções, enquanto Freire apresenta uma práxis revolucionária para a luta e a transformação dos processos de opressão e sujeição. Nesse sentido, a análise foi feita de forma a aproximar-se de suas trajetórias de pensamento, considerando a resistência não como eixo condutor, mas como um ponto de partida.

Freire se aproxima de Foucault na relação professor/instituição, pelos instrumentos de avaliação, ou por outros instrumentos burocráticos de observação, investigação e elaboração de relatórios que expressam poder.

Em linhas gerais, é pertinente dizer que esses autores assumiram uma atitude epistemológica muito semelhante no que se refere, principalmente, às fontes de produção de saber (o poder produz saber). Foucault, enveredando por uma fonte, diríamos, "desprezada", e Freire, recuperando o saber "ignorado" (MAFRA, 2008, p. 44).

Dialogar com Freire e Foucault nos possibilita pensar a educação não somente no que estava escrito, mas na prática pedagógica na qual estamos inseridos/as. É necessário pensar a formação de educadores progressistas como tarefa política que seja uma educação libertária consistindo em desvelar, defender e reinventar o espaço social, pois a educação libertária só é possível na luta e na resistência às práticas de dominação da educação escolar.

Referências

- BRUTSCHER, Volmir José. *Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire*. 2017. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- CHRAIM, Amanda Machado. O poder disciplinar escolar e a resistência freireana: atitude parresiasica chamando ao cuidado de si. *Revista Educação, Artes e Inclusão*, IS. I., v. 14, n. 1, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 15, n. 42, p. 259-268. 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARQUES, Abimael Antunes. Os corpos dóceis, em vigiar e punir, de Michel Foucault. *Itinerarius Reflectionis*, [S. l.], v. 2, n. 15, 2013.

OLIVEIRA, Rosângela Labre de. *Um diálogo com Freire e Foucault sobre poder e saber*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

PEREIRA, Simone Rocha. Educação como prática da liberdade. *Educação e linguagem*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 211-216, 2019.

Pedro Bruno de Lima Pereira

Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e licenciado em Pedagogia pela mesma universidade. Especialista pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), em Docência no Ensino Superior e em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas. Professor do Colégio Marista Sagrado Coração, unidade social localizada em Fortaleza, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Pedro Bruno de Lima Pereira

Escola Marista de Ensino Fundamental Sagrado Coração

R. Vidal de Negreiros, 550

Jardim Cearense, 60860-528

Fortaleza, CE, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.